

Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília

Márcio de Oliveira – UFPR

RESUMO

Exame do papel desempenhado pela figura do ex-presidente da República Federativa do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), para o sucesso do processo de transferência da capital do Brasil e de construção da cidade de Brasília. Para tanto, examina a biografia de JK e procura relacioná-la à cidade. Análise do papel desempenhado por JK durante a construção de Brasília, no período compreendido entre 1956 e 1960, ano da inauguração da capital. Conclui-se que Brasília significou muito mais do que apenas uma nova capital. A transferência apontou de fato para uma nova nação. JK coroa este processo por conseguir traduzir em discursos os interesses dos mais diversos setores sociais, fazendo-os lentamente convergir para a crença de que Brasília seria a materialização da nação tão reclamada.

Palavras-chave: Brasília. Juscelino Kubitschek. Transferência da capital do Brasil.

RÉSUMÉ

Analyse le rôle de l'ex-président de la République Fédérative du Brésil, Juscelino Kubitschek de Oliveira (dit JK), pour le succès du processus de transfert de la capitale du Brésil et pour la construction de la ville de Brasília. Pour ce faire, on analyse la biographie de l'ex-président et l'on cherche à le mettre en rapport à la ville et ses actes pendant la construction. L'on conclue que Brasília a signifié beaucoup plus qu'une nouvelle capitale. Le transfert a indiqué la construction d'une nouvelle nation. JK a bien incarné tout le processus parce qu'il a su traduire les plus divers intérêts en discours. Il a su montrer aux plus divers groupes sociaux que Brasília était l'expression finale de la nation si réclamée.

Mots-clés: Ville de Brasília. Juscelino Kubitschek. Processus de transfert de la capitale du Brasil.

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

É curioso constatar, que até 1999, existiam apenas trabalhos esparsos sobre a trajetória pessoal de JK (BARBOSA, 1988). Além desses, existia apenas uma curta biografia, e mesmo esta baseada em depoimentos pessoais (CARNEIRO; SILVA, 1983). Esta única biografia existente, desprovida de grande ambição, e cujo sentido somente se explica quando inserida no bojo da *Coleção Presidentes do Brasil*, não nos ensina muito mais do que é normalmente encontrado nas obras de sociólogos ou de historiadores que se debruçaram sobre o período, ficando mesmo aquém do depoimento que o próprio JK deixou de si e de seu governo (OLIVEIRA, 1976). Contudo, neste mesmo ano de 2000, foi publicada em livro a dissertação de mestrado de Simões (2000). Em seguida, em 2001, quase cem anos após o nascimento de ex-presidente, foi publicada uma excelente biografia sobre JK (BOJUNGA, 2001), redimensionando o papel de sua trajetória de vida e sua atuação na presidência da República, ao mesmo tempo que dissolvendo um certo mistério que ainda pairava sobre o ex-presidente, sobretudo se levarmos em conta as obscuras circunstâncias que envolveram o acidente automobilístico que ceifou sua vida em 1976.

Juscelino Kubitschek, o **peixe-vivo** e primeiro presidente do mundo a voar num caça supersônico, nasceu no dia dois de setembro de 1902, na pequena cidade de Diamantina, estado de Minas Gerais. Era o segundo filho de uma família dita de classe média baixa para o padrão vigente naquelas cidades do interior do Brasil. Sua mãe era professora primária e seu pai, que morreria em 1905, era caixeiro-via-

jante. JK teve uma vida bastante difícil, tendo sido obrigado a trabalhar para completar o salário de sua mãe. O curso primário foi realizado em Diamantina. Como havia apenas dois colégios “ginasiais” em Minas Gerais, nenhum deles em Diamantina, e para continuar seus estudos, JK freqüentou as aulas do “Seminário”, feito conseguido graças a um aperto nas despesas familiares e um pequeno desconto conseguido. Embora não conferindo diploma, o “Seminário” permitiu que o pobre menino, sem condições de se transferir para Belo Horizonte, seguisse os seus estudos. Concluindo os anos de Seminário aos 15 anos de idade, a situação de JK parecia ser a mesma de antes: como obter o diploma do ginásio para poder almejar a entrada numa faculdade? O diploma ginásial seria coroado de sucesso graças a uma circunstância de exceção criada pela epidemia conhecida como “febre espanhola”, que ceifando a vida de tantos permitiu a outros que requeressem seus diplomas apenas obtendo sucesso nos exames. O concurso para telegrafista foi a porta de entrada definitiva para Belo Horizonte. Aprovado neste concurso, mas não nomeado imediatamente, um ano se passaria até que fosse nomeado e passasse a receber um ordenado. Instalado definitivamente em Belo Horizonte, presta os exames de vestibular para a faculdade de Medicina onde, após alguns anos, consegue se formar em 1927.

Após a formatura, JK segue para Paris, onde faz um curso de pós-graduação no Hospital Cochin, oportunidade em que conhece Portinari e Leopoldo Fróes. Na volta ao Brasil, JK se casa em 1931 com Sarah Gomes de Lemos, filha de um antigo parlamentar mineiro, Jaime Gomes de Souza Lemos.

A entrada de JK na vida política, num momento em que ainda exercia a profissão de médico, se deu graças a um antigo amigo, Benedito Valadares Ribeiro, nomeado Governador de Minas Gerais por Getúlio Vargas, nos anos que se seguiram à Revolução de 1930. JK conhecera Benedito Valadares quando servira como oficial-médico durante os combates no túnel da Mantiqueira (próximo à cidade de Passa Quatro, MG) contra o movimento

constitucionalista paulista de 1932. JK se tornaria chefe do gabinete civil do interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares, entre 1933 e 1934. Corria o ano de 1934 quando Benedito Valadares decide, sem mesmo consultar JK, incluir seu nome na lista eleitoral de seu partido, o PSD (Partido Social Democrata). Eleito deputado federal tendo sido o candidato mais votado de seu estado não sem causar uma certa surpresa, o mandato do desconhecido JK foi abreviado em 1937 pelo golpe de Estado ocorrido naquele ano. Era o início do período da história do Brasil conhecido como Estado Novo.

A carreira política de JK parecia ter chegado a seu fim. Isto porque, desiludido com a política, ele decide retornar à atividade médica, reabrindo seu consultório no dia primeiro de novembro de 1937, poucos dias antes do golpe, e sendo logo em seguida nomeado para o cargo de diretor do Hospital Militar. Contudo o mesmo regime político que lhe havia suprimido os direitos políticos ainda lhe reservaria algumas surpresas. Com efeito, durante o Estado Novo JK foi nomeado, por seu antigo amigo e governador de Minas Gerais Benedito Valadares, Prefeito da cidade de Belo Horizonte, tomando posse no dia 18 de abril de 1940, cargo que exerceria até 1945. JK, em suas memórias, afirma:

Na noite do dia 18 de abril, após aquela longa vigília no escritório, decidi sobre o caminho que deveria seguir. Sendo prefeito, iria agir outra vez como médico. O doente ali estava. Era Belo Horizonte – um doente que repousava num leito de fícus e de rosas. A política havia me envolvido de novo. E desta vez, definitivamente (OLIVEIRA, 1976, v. I, p. 55).

Embora tendo aceitado o convite, precavido, JK não abandonaria a medicina, mantendo-se no Serviço de Cirurgia do Hospital Militar e na chefia do Serviço de Urologia da Santa Casa. A medicina influenciaria o perfil político e administrativo de JK. Lafer (1992, p. 14) escreve que JK, “como político que havia sido médico, tinha o instinto do diagnóstico de pessoas e situações. Era um intuitivo”. Como médico, agiria JK. Agiria em pleno tecido urbano,

iniciando tantas obras ao mesmo tempo, que sua ação não deixaria de se fazer notar.

A base das intervenções urbanas do Prefeito JK foi a reorganização das vias públicas e a construção dos principais eixos de Belo Horizonte, remodelando definitivamente o perfil viário, preparando-a para o automóvel e para a modernidade. Os paralelepípedos retirados da avenida Afonso Pena – que seria asfaltada às custas de um empréstimo conseguido junto ao Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais – seriam reaproveitados na avenida Amazonas.

A primeira grande obra urbana de JK foi abertura da avenida do Contorno, avenida que separa a zona central da cidade dos bairros suburbanos. JK chegou mesmo a temer que Benedito Valadares não apoiasse as inúmeras obras que em tão pouco tempo havia iniciado. De fato, tendo sido nomeado prefeito por Benedito Valadares quando este se encontrava em viagem pelo interior do estado, o governador de Minas Gerais, de regresso a capital, se espanta com o número de obras já iniciadas pelo recém-nomeado prefeito. Numa visita a um dos canteiros dessas muitas obras, Valadares comentaria com um de seus próximos colaboradores, Israel Pinheiro¹: “Até que enfim, seu Israel, temos prefeito na capital” (OLIVEIRA, 1976, v. 2, p. 29).

O ritmo de trabalho do prefeito era intenso. Suas inspeções nas diversas obras da cidade iniciavam-se às 6:30 horas. Em seguida operava no Hospital Militar e se dirigia para o Serviço de Urologia. As tardes eram dedicadas à Prefeitura. Nesta, JK reformaria inclusive os espaços internos do palácio da municipalidade, facilitando o acesso ao gabinete do prefeito. Mas isto não era tudo. No campo do lazer, uma das mais belas obras encomendadas foi sem dúvida o Parque da Pampulha, projeto idealizado inicialmente pelo próprio JK e apoiado pelo urbanista francês Alfredo Agache.

Foi ainda através da obra da Pampulha que o destino reuniria JK a um dos personagens mais im-

portantes para a construção de Brasília: Oscar Niemeyer. O então jovem arquiteto que começava a ser conhecido nacionalmente fora apresentado a JK por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e da Saúde. JK convida então Niemeyer a visitar a barragem da Pampulha, expondo-lhe suas idéias. Após o encontro, o arquiteto retornou a seu hotel e trabalhou em seu quarto a noite toda. Na manhã seguinte, JK é convidado a conhecer os croquis de Niemeyer e, após uma inicial incompreensão, se encanta com o projeto de rampas e paredes de vidro, composto por quatro conjuntos: iate clube, cassino, Casa de Baile e igreja. O parque foi ligado ao centro da cidade por uma larga avenida de mão dupla com quase 12 km de extensão. Com esta obra se consolidariam duas características inseparáveis do caráter empreendedor de JK: a ousadia e a rapidez.

Mas a passagem de JK à frente da prefeitura de Belo Horizonte não se limitou às obras públicas. JK aperfeiçoou o serviço de arrecadação imobiliária da prefeitura, obtendo assim os fundos necessários a outras importantes obras, tais como o Teatro Municipal, o cemitério Parque da Saudade ou ainda o Hospital Municipal. Criaria igualmente uma orquestra sinfônica, um Museu Histórico e o Paço das Artes. JK trabalharia ainda pela realização da “semaninha de arte moderna” mineira, deflagrada em 1944, numa alusão à Semana de Arte Moderna paulista de 1922. A semana contaria com nome tais como Jorge Amado, Portinari, Lasar Segall, Di Cavalcanti, Millôr Fernandes, Caio Prado Jr e Oswald de Andrade.

Em 1945, quando JK deixou a prefeitura, Belo Horizonte contava com 245 mil habitantes. Era a terceira cidade do país. Aproximadamente 50% de todo o calçamento da cidade, 75% da canalização de córregos e 80% da rede de esgotos haviam sido feitos em sua gestão. Por sua passagem na prefeitura, JK acabaria por se tornar conhecido como o “prefeito-furacão”.

Com o retorno à democracia, JK é indicado para ocupar o primeiro secretariado do recém-fundado Partido Social Democrata (PSD), cujo progra-

1 Israel Pinheiro se tornaria o braço direito de JK durante a construção de Brasília.

ma havia sido redigido entre outros por Barbosa Lima Sobrinho. JK concorre a um cargo na Câmara dos Deputados e elege-se em 1945 com larga votação, o segundo deputado mais votado em Belo Horizonte, tomando parte da constituinte que se organizaria no ano seguinte. Na Assembléia, foi membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Como constituinte, teve atuação discreta. Apresentou 16 emendas à constituinte embora nenhuma delas tenha sido posta em votação (BRAGA, 1998, p.386-388). Seu mandato na Câmara foi fundamentalmente aproveitado pelas viagens que fez pelo interior do Brasil, pela proximidade que estabeleceu com os novos princípios do planejamento estratégico, consolidando em âmbito estadual e nacional seu senso de administrador. Paralelo a isto, iniciou-se, durante a gestão de Milton Campos à frente do governo de Minas Gerais, a formulação de um plano de industrialização do estado, esforço que JK herdaria com prazer quando de sua eleição ao cargo de governador do estado.

Ao final de seu mandato na Câmara Federal e ocupando o cargo de Secretário-geral do PSD, JK foi indicado candidato do PSD ao governo de Minas Gerais em 1950, numa vitória apertada sobre o outro postulante, Bias Fortes. Durante a curta campanha eleitoral de dois meses, JK cunharia uma expressão que lhe acompanharia pelo resto de sua vida político-administrativa – o binômio energia e transportes – e um estilo de alcançar seus objetivos – o estabelecimento de audaciosas metas. JK se lembra deste período nestes termos:

O Binômio: Energia e Transportes atenderia às necessidades do desenvolvimento de Minas, mas requeria, para servir de slogan eleitoral, que fosse caracterizado através de cifras-alvos. Fixei, pois, em números, os objetivos da administração que pretendia realizar, e que foram considerados, na época, perigosamente audaciosas: a) rasgar 3 mil quilômetros de estradas de rodagem; e b) dar início imediatamente à construção de novas usinas, de forma a triplicar, no período de 5 anos, o potencial de energia elétrica do Estado, atingindo 600.000 KW (OLIVEIRA, 1976, v. 2, p. 188).

O estabelecimento de metas precisas a serem cumpridas é claro, não fazia parte nem do ideário programático nem do estilo dos políticos da época. Muito pelo contrário. Empreendedores eram, no melhor dos casos, secretários, ministros, mas nunca chefes do executivo. Mas o pragmatismo do candidato, seus discursos girando em torno de fábricas, estradas e usinas, os 168 municípios visitados e 207 discursos feitos acabaram por fazer a diferença. Dos 1.330.000 eleitores, 714.364 votaram em JK contra apenas 544.086 que votaram no candidato da União Democrática Nacional (UDN), Gabriel Passos, concunhado do governador eleito.

Em 1950, JK, eleito governador de Minas, assiste ao democrático retorno de Vargas ao poder. Mas sua atuação seria toda centrada em Minas. Durante seu governo, o estado se tornaria uma espécie de laboratório onde JK colocaria à prova sua capacidade empreendedora e administrativa. JK (1976, v. 2, p. 270) se recorda: “O plano, que tracei para Minas, não estava limitado exclusivamente ao âmbito estadual. Ele se desdobrava e se projetava no cenário nacional, através de interligações de sistemas e de estreito entrosamento das redes de transmissão”.

Governar Minas Gerais não poderia ter sido melhor escola. Sobrevoando o estado, JK começou a vislumbrar de fato o desenvolvimento que pretendia. À imagem de um estado desfigurado, acomodado e quase nada industrializado, com municípios mal servidos por ligações terrestres a exemplo de sua própria Diamantina, enfim a imagem de um povo sem direção. Imagens bastante semelhantes àquelas que ele desenvolveria mais tarde já na presidência a respeito do Brasil, quando na presidência da República. JK lançou-se assim à metalurgia, logrando presenciar a inauguração da Companhia Siderúrgica Mannesmann, cujo consumo de energia elétrica era igual a três Belo Horizontes de então. Promoveu a construção de estradas e pontes. Construiu ainda escolas, postos de saúde, impulsionou o desenvolvimento de faculdades e centros de artes. O saldo de sua passagem pela governadoria mineira não seria apenas econômico, por mais importante fosse o salto

dado em termos da industrialização do estado. JK incorporara e realizara em escala local o sentido mítico de seu projeto político pessoal: construir as bases do grande estado moderno e industrial que viria a ser Minas Gerais.

O episódio de agosto de 1954 anteciparia simbolicamente o final do mandato de JK à frente do governo de Minas. Entre 1953 e 1954 não figurava entre os principais candidatos a presidente. Mas o suicídio do ex-presidente modificara radicalmente o quadro sucessório. JK fora o único governador de estado a comparecer ao velório do ex-presidente. Ao final de 1954, estava pronto para concorrer à presidência da República. Contava herdar o patrimônio eleitoral de Vargas e derrotar o candidato da UDN. No dia 31 de março de 1955, JK renuncia ao governo de Minas Gerais para se candidatar à presidência da República. Suas memórias dos tempos de governador revelam novamente a perspectiva do médico em face de seu paciente:

Já no Governo de Minas, alargaram-se substancialmente os horizontes. Os elementos com os quais jogava, eram regiões inteiras, e cada uma delas apresentava uma urdidura diferente e soluções por serem encontradas. E, acima das exigências locais, teria de considerar o Estado como um todo – um organismo, de veias já esclerosadas, de deficiente circulação sangüínea, com largas faixas de entorpecimento social, exigindo regeneração dos semimortos tecidos (OLIVEIRA, 1976, v. 2, p. 364).

O médico, o político e, sobretudo, homem de realização. Celso Furtado tendo convivido e trabalhado com JK, o definiu em termos muito semelhantes:

Juscelino Kubitschek era um homem de ação, mas não um improvisador. Ele gostava de ter uma visão geral das coisas, de ter diante de si objetivos claros. Mas, ao mesmo tempo só se preocupava com aquilo que pudesse dar resultados. Não era um homem de meditação, de contemplação, era alguém que assumia plenamente a ação, visando objetivos que tinha perfeitamente diante de si, que antevia com clareza (FURTADO, 1991, p. 159).

Eis aí talvez um resumo da personalidade de JK: o “poeta da obra pública”, como o definiu Guimarães Rosa.

Saltando agora por sobre os anos de JK à frente da presidência da República – período histórico abordado no item seguinte – vamos encontrar JK momentos após a passagem do cargo a seu sucessor, Jânio Quadros. A presidência do país seria o último cargo público ocupado por JK até sua morte. Nas eleições presidenciais de 1960, JK manobrou habilmente para que seu partido não apresentasse candidato, tentando inclusive que apoiasse um candidato da UDN, numa coalizão de centro-direita que pudesse contrabalançar o crescimento da esquerda petebista durante seu governo. A manobra não surtiu efeito e o PSD acaba escolhendo o Ministro da Guerra de JK, Teixeira Lott, para enfrentar Jânio Quadros, candidato da UDN e então governador de São Paulo. O governo e o próprio JK mostraram-se ambíguos em relação ao candidato do PSD. Estando o irremediável posto, JK acreditou que uma vitória da oposição e um governo em meio às restrições orçamentárias herdadas de sua própria política desenvolvimentista e inflacionária facilitariam seu retorno ao poder. Estamos em 1961, mas já se vê ao largo faixas que prognosticam “JK 65”. A referência é clara. Naqueles tempos, quando inexistia a reeleição presidencial, JK só poderia voltar ao poder nas eleições seguintes, ou seja, em 1965².

JK elegeu-se senador pelo estado de Goiás nas eleições extraordinárias realizadas em junho de 1961. Ocuparia este cargo até 1963. Sua atuação no parlamento não seria diferente daquelas outras duas experiências legislativas do passado não fosse a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. JK seria um dos 5 senadores a votar contra a solução parlamentarista que levou João Goulart à presidência. Seu partido, o PSD, e a UDN votaram maciçamente

2 O fraco empenho de JK no General Lott, candidato de seu partido à presidência nas eleições de 1960, teria sido um risco calculado. A idéia era que após um governo da UDN, JK poderia pleitear a presidência em 1965 como candidato da oposição. Cf. Maran (2002, p. 143-170).

a favor. O plebiscito sobre o retorno ao presidencialismo, marcado para abril de 1965, seria antecipado para janeiro de 1963. O retorno ao presidencialismo naquele ano e o lento caminhar de Jango em direção à radicalização das reformas começavam a ultrapassar o mote desenvolvimentista de JK. Paulatinamente Jango se afastou politicamente de JK e do PSD, negando-lhe o apoio eleitoral recebido em 1955. No início de 1964 JK é indicado candidato à presidência pelo PSD, recusa envolver-se no golpe que se anuncia, mas finda por apoiar a eleição indireta do Marechal Castello Branco à Presidência da República. Entre abril e junho de 1964, JK seria quase que diariamente acusado de corrupção, de possuir uma fortuna incalculável, de manter depósitos em bancos estrangeiros, etc. Em maio daquele ano, o então Ministro da Guerra, General Costa e Silva envia um emissário a JK, pedindo-lhe que renunciasse a sua candidatura. Era a segunda vez que lhe faziam pedido semelhante. Como na primeira oportunidade, JK não renunciaria. A cassação de JK em junho de 1964 seria o primeiro ato de consolidação do movimento militar. Seria cassado em junho de 1964 mesmo sem uma acusação formal. Segundo JK, era a democracia que se cassava. Com os direitos políticos cassados por 10 anos, exila-se na Europa.

Os dias do exílio, segundo ele próprio, foram longos e tristes. Depois de retornar ao Brasil em 1965, na manhã seguinte aos pleitos estaduais, JK percebe que o Brasil não daria marcha à ré. O movimento militar consolidava-se a olhos vistos. O mandato de Castello Branco seria prorrogado e seu sucessor seria o general Costa e Silva, a quem muitos creditam a palavra final sobre a cassação de JK (BOJUNGA, 2001, p. 613-628). Através do Ato Institucional número 2, promulgado a 27 de outubro de 1965, os partidos políticos seriam extintos, as eleições presidenciais seriam indiretas, por meio do Congresso Nacional, até 1989. Ao final deste ano de 1965, JK e família retornariam ao exílio, desta feita aos EUA. Os últimos episódios políticos da vida de JK estão relacionados à constituição do movimento conhecido por “Frente Ampla”, cujo objetivo era re-

democratizar o país e cujos artífices eram JK, Carlos Lacerda e João Goulart. Em maio de 1967, retorna ao Brasil para assistir, no ano seguinte (1968), ao fechamento final do movimento militar através do Ato Institucional número 5. É decretada sua prisão domiciliar e é impedido de pisar o solo de Brasília. Seus direitos políticos só seriam restabelecidos realmente em 1974 – ao final dos 10 anos de cassação – mas mesmo assim não poderia se dedicar às atividades políticas. Era de fato o fim da carreira política de JK.

Problemas de saúde, muitas entrevistas, manter sua correspondência em dia e sua função de corretor em um banco de investimento, pequenos inquéritos, a derrota para a Academia Brasileira de Letras em 1975 – única eleição perdida em toda vida – e o lançamento do livro *Meu caminho para Brasília* (liberado pela censura do movimento militar desde que sem noite de autógrafos), vão preencher os últimos anos de JK, até sua morte no dia 16 de agosto de 1976, com 73 anos de idade³, provocada por um acidente de automóvel sobre o qual pesam ainda algumas dúvidas e, sobretudo, sem ver restabelecida a democracia no Brasil⁴.

Cassado por 10 anos, JK não concorreu à presidência em 1965. Seu lema, contudo, caso disputasse as eleições, seria: 5 anos de agricultura para 50 anos de fartura. As revoltas no campo e a sede de construção explicam o novo tom ao antigo mote construtor. Em 1976, JK fora procurado por líderes oposicionistas, dentre eles o antigo líder da ala moça do PSD, Ulysses Guimarães. Deseja redemocratizar o Brasil, reconstruir a nação.

Uma vez expostos alguns elementos da biografia administrativa e política de JK, a compreensão do sucesso de seu mandato presidencial – fato que tanto incomodou Skidmore – assume nova dimensão.

³ Em um período de pouco mais de um ano, morrem JK, Jango e Carlos Lacerda, os três artífices da Frente Ampla.

⁴ Seu velório na Catedral de Brasília e enterro no cemitério Campo da Esperança, reunindo aproximadamente 80 mil pessoas, foi primeira manifestação popular em Brasília desde o movimento de 1964.

Podemos agora analisar seu governo e sua biografia sob um último ângulo: a construção de Brasília.

O PRESIDENTE JK E BRASÍLIA

Analisando a construção de Brasília, o que logo de início surpreende é menos a plausibilidade dos argumentos construtores e nacionalistas empregados pelo governo JK que sua recorrência na trajetória do pensamento social brasileiro (OLIVEIRA, 1994; 1997). Contudo, deve-se destacar a dimensão social que este projeto alcançaria, fato que é realmente notável, sobretudo quando se sabe que ele nem ao menos figurava no programa de governo do candidato à presidência JK. Como e por que então JK decidiu abraçar uma causa tão espinhosa como a transferência da capital para uma das regiões menos desenvolvidas de então?

A promessa de transferir a capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para o planalto central surgiu inusitadamente durante o primeiro comício eleitoral da campanha presidencial, realizado no dia 4 de abril de 1955 na cidade de Jataí, interior do estado de Goiás. Neste, como nos outros comícios que seriam realizados, JK afirmara alto e forte que respeitaria a Constituição caso fosse eleito. Num momento de perturbação da ordem institucional, mais que uma frase de efeito, esta promessa soava mais como um compromisso democrático de candidato do que como uma plataforma de governo. Mas, num hábito que lhe era próprio, ao encerrar seus discursos, JK franqueava ao público o direito de intervir e fazer perguntas. Foi neste momento que surgiu a inesperada questão sobre a mudança da capital. Vejamos como o próprio JK, em suas memórias, relata este episódio:

Quando, ao terminar o discurso, indaguei se alguém desejava fazer-me alguma pergunta, um popular adiantou-se e me interpelou: 'Já que o senhor se declara disposto a cumprir integralmente a Constituição, desejava saber se irá por em prática aquele dispositivo da Carta Magna, que determina a transferência da capital da República para o planalto goiano?'

A pergunta era, na realidade, embaraçosa. Desde que me candidatara à presidência, havia organizado, com a cooperação de uma equipe de técnicos, um programa de Governo que, se eleito, iria realizar. Tratava-se do Plano de Metas, que englobava todos os setores das atividades do país. Em nenhuma das 30 metas, porém, havia qualquer referência à mudança da capital. Desde muito tempo, já me habituara a ver, no mapa do Brasil, aquele retângulo colorido, assinalando o local do futuro Distrito Federal. A idéia sempre me parecera utópica, irrealista. Entretanto, naquele comício de Jataí vi-me, de súbito, posto frente a frente com o desafio. O aparteante, sendo goiano, tinha interesse no problema. Além do mais, a mudança estava prevista na Constituição. Não hesitei um segundo e respondi com firmeza: "Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão para ignorar este dispositivo. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede e construirei a nova capital. [...] As 30 metas iniciais seriam mantidas, mas a elas havia sido acrescentada a da construção de Brasília, que eu iria denominar a Meta-Síntese (OLIVEIRA, 1976, v. 2, p. 368).

Como uma idéia que ao próprio JK sempre parecerá **utópica, irrealista**, uma idéia surgida de um aparte num comício, fruto de uma necessidade eleitoral (ou eleitoreira) muito circunstancial, pode galvanizar tanto esforço e interesse de JK? Iguamente, como explicar o apoio que ela acabaria por alcançar dos mais diversos setores da sociedade? Enfim, como explicar que JK tenha perseguido com tanto empenho esta idéia a ponto de transformá-la em sua obra diletta e de inaugurá-la num *tour de force* explícito?

Notemos aqui a retomada de algumas das questões que justificaram este trabalho. Os como e os por que Brasília teria vingado. Para JK (1974, p. 7), Brasília surgiu "como todas as grandes iniciativas, surgiu de um quase nada". De fato, o primeiro contato de JK – e mesmo de Israel Pinheiro – com a região de Brasília ocorreu durante a primeira visita à região ainda em 1956. Foi Ernesto Silva (ex-secretário da Comissão de Localização da Nova Capital, 1951-53, ex-presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, 1956, e futuro diretor da NOVA-

CAP) que, com a ajuda de um mapa, explicou a JK, durante o trajeto de avião, todos os trabalhos que os governos anteriores já haviam realizado em pró da mudança (SILVA, 1987). Contudo, pouco a pouco, surgiu uma relação particular, quase pessoal, entre JK e Brasília, fazendo crer a muitos que a construção da cidade não passaria de um capricho político e/ou de uma ambição pessoal desmesurada⁵. De fato, a explicação personalista para a criação de Brasília encontra eco tanto em análises de intelectuais em atividade naqueles anos como em muitos daqueles diretamente envolvidos com a construção, sendo menos insólita do que à primeira vista parece.

Couto (2001, p. 198-205) afirma que a explicação personalista faz sentido quando a ela incorpora-se um desejo político de JK: afastar o poder central da cidade do Rio de Janeiro⁶. Como se sabe, JK, embora convictamente democrático, tinha horror de manifestações, em especial de manifestações estudantis. Levar a capital para o distante planalto central seria de fato uma (ousada) forma de se distanciar da arena política que se tornara o Rio de Janeiro desde o suicídio de Vargas. No dizer de Couto, para JK, instalar a capital no Planalto Central seria ainda a forma de distanciar o poder dos mandarins da imprensa brasileira e das constantes acusações e intrigas políticas próprias ao Rio de Janeiro. De fato, em muitos discursos – como veremos – JK associou a imagem de Brasília àquela da democracia. Ou ainda, referiu-se a imagem Brasília como a cidade da “nova democracia”.

Neste sentido, é possível supor que Brasília tornar-se-ia uma salvaguarda da democracia brasileira num plano geral, mas em especial do próprio governo democrático de JK. Não devemos nos esquecer dos dissabores – entre outros a CPI de Brasília – que o processo de construção traria a JK ao longo de seu governo. Não obstante, tem-se aqui mais um ele-

mento que explicaria a enorme tenacidade demonstrada por JK em relação a praticamente todos os aspectos da nova capital.

Neste mesmo registro, o crítico de arte Mário Pedrosa (1981, p.339), escrevendo sobre Brasília à época de sua construção, afirmava que JK queria deixar seu nome gravado com Brasília. Pode-se pensar que JK queria deixar seu nome “gravado” não apenas como artífice político e/ou viabilizador da mudança da capital, mas, sobretudo como construtor da cidade, resgatando sua conhecida e já demonstrada vocação para as grandes obras. Niemeyer e Lúcio Costa são testemunhos da tenacidade e do espírito de empreendimento com o qual JK se dedicava ao estudo e ao acompanhamento da construção de Brasília. Enquanto o primeiro se lembra daquele personagem estudando cada detalhe dos projetos arquitetônicos, e sempre pronto a propor soluções e exemplos num clima de exaltação, o segundo se lembra de JK referir-se a Brasília como um brinquedo que gostaria de ver montado e iluminado pouco mais de 3 anos depois do início da construção⁷.

Outros autores enfim, não diretamente envolvidos na construção de Brasília, são unânimes também em afirmar o envolvimento pessoal e direto de JK com a obra da nova capital⁸. A título de exemplo, Sodré (1978, p. 6), insistindo sobre o caráter “imperialista” do Programa de Metas, ressalta, porém, que a construção de Brasília era a meta de JK e não necessariamente de seu governo. O próprio JK (OLIVEIRA, 1976, v. I, p. 111-112) em muito contribuiu para a difusão desta associação quando afirmara que a resposta em Jataí tinha sido “política até certo ponto”, e que a idéia da transferência da capital somente o teria convencido completamente durante a campanha quando de suas viagens de avião pelo interior do país quando a pergunta lhe fora inúmer-

5 Associar Brasília a um capricho pessoal de JK foi uma constante em seus adversários políticos durante todo o período da construção.

6 Ver em especial os depoimentos da filha de JK, Márcia Kubitschek, e de José Sarney confirmando a tese de Couto.

7 Sobre Niemeyer, cf. Oscar Niemeyer (1961), e sobre Lúcio Costa, cf. Humberto ([19--]).

8 A ligação de JK com Brasília seria tamanha que, depois de 1964, impedido de ir à cidade, ele teria decidido visitá-la escondido num caminhão. Logo depois desse episódio, ele teria retornado a Brasília, convidado por uma amiga. Cf. Vera Brant (1991, p. 99-104).

ras vezes repetida: “Foi-me repetida essa pergunta em todos os Estados, nos mil e tantos comícios que realizei nessa campanha. Senti claramente que já era uma aspiração geral do país a mudança da capital administrativa do país” (OLIVEIRA, 1962, p. 58).

A idéia de “uma aspiração geral do País” seria repetida por JK em inúmeras oportunidades durante a construção da cidade. Esta explicação ainda hoje é levada em consideração. Mas, outras existem. É possível ainda pensar que JK tenha se convencido da necessidade da transferência da capital e da construção de Brasília exatamente por ela ter lhe parecido a forma de construir a nação inacabada, subdesenvolvida e falsamente agrícola que era o Brasil de então. Para justificar esta hipótese, vejamos como o próprio JK se lembra do episódio:

Havia visto o Brasil de cima – do bordo de um avião – e pude sentir o problema em todas as suas complexas implicações. Dois terços do território nacional ainda estavam virgens da presença humana. Eram os ‘vazios demográficos’ de que falavam os sociólogos.

O grande desafio da nossa História estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral – que já havia alcançado certo nível de progresso – povoar-se o Planalto Central. O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do país. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante (OLIVEIRA, 1974, p. 8-9).

As imagens utilizadas por JK eram sociologicamente defensáveis sem perderem, contudo o brilho poético. **Longínqua região**, desenvolvimento espalhando-se como **mancha de óleo**; **desafio de nossa História** ou **instrumento do novo ciclo bandeirante**, todos os ingredientes míticos estavam ali reunidos para transformar o projeto de Brasília num acontecimento marcante na trajetória do Brasil.

Sendo verdade que o projeto de construir Brasília é fruto de uma resposta de político, de um quase nada, ou mesmo de um simples acaso – imagine-se que não tivesse havido a partes naquele comício de Jataí – a hipótese é que este projeto foi abraçado por um governo e por um presidente que pressentiram ali a real possibilidade de construir um novo país. Com Brasília, o governo JK acreditou na continuidade do ideal de construção da nação, desta feita com base em uma análise sempre apresentada como racional além de ser política, econômica e socialmente defensável.

Brasília acabaria por se tornar a 31ª, a famosa “meta-síntese”, superando as 30 metas inicialmente previstas. Em outras palavras, Brasília seria o veículo através do qual JK trabalharia a construção da nação. Queremos crer portanto que Brasília-Brasil foi uma associação que se apresentou ao governo JK desde o primeiro momento. A hipótese fundamental é que Brasília permitiu a JK vislumbrar realmente o que lhe pareceu ser uma nação incompleta e a possibilidade de construí-la. De fato, como se pode ler em suas memórias, foi em seguida ao comício de Jataí que JK toma o avião e começa, movido pela campanha, a sobrevoar e a observar o Brasil. Pode-se imaginar, um senhor ao lado de uma pequena janela, a observar os imensos “vazios” brasileiros, a terra virgem, os sertões esquecidos e ao mesmo tempo prontos a serem desbravados pelos “modernos bandeirantes”. Brasília se tornando a condição: a possibilidade de ligar, de ocupar, de interiorizar o desenvolvimento nacional.

É possível detectar facilmente elementos biográficos em JK que permitiram que de uma idéia se fizesse uma vontade e desta uma realidade. Mas talvez seja lícito supor que este mesmo processo cognitivo – Brasília poderá transformar/construir o Brasil – tenha se reproduzido em outros setores da sociedade, tais como os militares ou os intelectuais, e mesmo tenha se manifestado quando da definição das prioridades no canteiro de obras da nova capital. Neste sentido, pode-se imaginar que o sentimento de uma nação inacabada desempenhou um

importante papel na difusão da idéia da transferência enquanto um projeto viável. O que impressiona, portanto – sobretudo quando se sabe que o desejo de transferir a capital do litoral para o interior era antigo de mais de um século – são tanto as imagens de conquista e de fundação que lhe foram associadas quanto a dimensão que o projeto tomaria nos anos JK. Dimensão social, política e econômica, mas também histórica e simbólica. Brasília se tornaria, para muitos, não apenas o símbolo do governo JK, mas o símbolo de um novo país. Sua realidade não se limitaria apenas a deslocar o eixo de desenvolvimento do país, mas deveria mudar toda sua história. JK, talvez como nenhum outro, incorporou esta simbologia, e mesmo em suas memórias continuou a acreditar que:

[...] o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília. Durante toda sua história – do descobrimento até o meu governo – vivemos, para aproveitar aqui uma observação de nosso primeiro historiador, Frei Vicente do Salvador, ‘arranhando a areia das praias, como caranguejos’. O litoral foi, de fato, uma monovidência nacional. Vivia-se por ele. Agia-se em função dele. E o que ocorria em relação ao resto do Brasil?

A resposta é simples: o deserto sem fim [...] Em face dessa realidade cruel [...] [o Brasil deveria] voltar as costas para o oceano e empenhar-se em tomar posse efetiva do seu território, de cuja existência só tinha conhecimento através dos mapas. [...] o Brasil deveria extinguir seus espaços vazios [...] fazer a aproximação dos núcleos populacionais pela abertura das estradas [...] atrair capitais externos [...] irrigar-se, através de uma intensa política de açudagem, a terra seca do Nordeste [...] e, por fim, mudar-se a sede das decisões governamentais, construindo-se a nova capital no centro geográfico do país (OLIVEIRA, 1974, p. 2-13).

A história do Brasil, para o governo JK, seria dividida a partir de então em dois momentos: antes e depois de Brasília. A marcha para o interior era o fator capaz de reordenar o sentido da ocupação. Voltar-se-ia as costas ao litoral e a esta espécie de pré-história. Finalmente a sociedade brasileira lograria fixar seu ponto de partida, seu mito das origens. Te-

mos aí os motivos graças aos quais elegemos a construção de Brasília como momento ideal para análise de um dos desejos mais recorrentes do imaginário brasileiro: o desejo de construir a nação.

Resumindo, portanto, temos uma obra que permitiu a eclosão de um projeto sem igual na sociedade brasileira; que tornou compreensíveis as metas do governo JK; que distraiu a atenção das forças políticas dos muitos problemas sociais da época e que, sobretudo, apontou para uma espécie de modelo *passé-partout* capaz de solucionar qualquer tipo de problema, desde as falhas no sistema educacional – dizia-se a época, por exemplo, que a universidade a ser erguida em Brasília seria um modelo para o sistema educacional brasileiro como um todo – até mesmo as falhas no sistema de distribuição de alimentos – graças às rodovias e ferrovias a serem construídas para ligar Brasília ao resto do país. Uma verdadeira panacéia nacional, eis de fato como Brasília foi denominada por muitos.

Concluindo, é assim que se pode compreender porque tanto os diversos setores da atividade administrativa quanto os grupos sociais influentes na vida nacional à época da construção findariam por acreditar que a nova capital seria uma condição *sine qua non* para redenção do Brasil. JK coroa este processo, construindo, à sua maneira, a nação tão reclamada. Entregando-se à sua obra, ele não apenas disse: Brasília foi realizada. Ao lado das muitas leituras possíveis sobre a criação de Brasília, queremos destacar a importância da figura do ex-presidente encarnando o sentimento de ausência de nação ao mesmo tempo em que oferecendo o projeto da nova capital como possível solução de todos os problemas nacionais. Fazendo crer que Brasília era uma obra de todos, JK permitiu que os mais diversos interesses dos atores sociais nacionais – empresários, trabalhadores, interioranos, industriais, desenvolvimentistas, intelectuais, militares, etc – vissem ali a realização não apenas de uma cidade, ainda que de uma capital se tratasse, mas de um projeto nacional à altura de suas próprias perspectivas ideológicas, sociais, políticas e econômicas. Simbolizar tanto para tantos: eis talvez

o maior significado de Brasília. Realizar tanto para tantos: eis talvez a maior importância de JK para Brasília.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Francisco A. **Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira, da chegada de João Alemão à Revolução de 1932**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- BOJUNGA, Cláudio. **JK, o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.
- BRANT, Vera. Depoimento. In: OLIVEIRA, José Aparecido de et al. **JK o estadista do desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 1991. p. 99-101.
- CARNEIRO, Maria C. R.; SILVA, Hélio. **Os Presidentes: JK, 19º Presidente do Brasil**. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.
- COUTO, Ronaldo C. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FURTADO, Celso. Depoimento. In: OLIVEIRA, J. A de et al. **JK, o estadista do desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 1991. p. 159-171.
- GOMES, Ângela de C. (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- HUMBERTO, Luís. **Brasília ano 20: depoimentos de 35 fotógrafos**. Brasília: Ágil Jornalismo, [19--].
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **A marcha do amanhecer**. São Paulo: Importadora de livros, 1962.
- _____. **Meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1976. 3 v.
- _____. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.
- LAFER, Celso. Os anos JK: seu impacto e significado. In: MEMÓRIA do Brasil. CPDOC. FGV. **Saudades do Brasil: a era JK**. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1992. p. 11-15.
- MARAN, Sheldon. JK e a política presidencial. In: GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 143-170.
- OLIVEIRA, Márcio de. Une mise en perspective historique du Mythe de la nation. **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, n. 23/24, p. 129-143, 1994.
- _____. Pensamento social brasileiro em perspectiva: três a(u)tores em cena. **Comunicação e política**, v. 4, n. 3, p. 124-140, set./out. 1997.
- NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961.
- PEDROSA, Mário. **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- SILVA, Ernesto. **Depoimentos: programa de história oral**. Brasília: ArPDF, 1987.
- SIMÕES, J. G. **Sirênico canto: Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. **O Brasil: de Getúlio a JK**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SODRÉ, Néelson W. **Oscar Niemeyer**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.